



CGE
Controladoria
Geral do Estado



Governo de
Mato Grosso



GOV.BR

ACESSIBILIDADE



PT

MAPA DO SITE

CONTATOS



INSTITUCIONAL

OUVIDORIA

AUDITORIA E CONTROLE

CORREGEDORIA

IMPRENSA

FALE CIDADÃO



SIC
Serviço de Informação
ao Cidadão

CHECKLIST

Checklist é o documento desenvolvido pelas equipes de auditoria e controle preventivo da CGE-MT para uso das Unidades Setoriais de Controle Interno (Unisecis) no que tange ao cumprimento da atribuição estabelecida no artigo 36 da Lei Complementar 550/2014 (alterou o artigo 7º da Lei Complementar 198/2004): "Verificar a conformidade dos procedimentos relativos aos processos dos sistemas de Planejamento e Orçamento, Financeiro, Contábil, Patrimônio e Serviços, Aquisições, Gestão de Pessoas e outros realizados pelos órgãos ou entidades vinculadas."

Seguem os modelos de checklist:

DOWNLOAD

1. CHECKLIST CONVÊNIOS.doc
2. CHECKLIST FINANCEIRO ADIANTAMENTO.docx
3. CHECKLIST FINANCEIRO DIÁRIAS.doc
4. CHECKLIST FINANCEIRO.doc
5. CHECKLIST GESTÃO DE PESSOAS FÉRIAS.xlsx
6. CHECKLIST GESTÃO DE PESSOAS LICENÇA-PRÊMIO.doc
7. CHECKLIST GESTÃO DE PESSOAS PROGRESSÃO.xlsx
8. CHECKLIST OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.docx
9. CHECKLIST REVISAR PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL.doc
10. CHECKLIST TERMOS DE COOPERAÇÃO.docx

MATO GROSSO

Municípios
Governo
História
Geografia
Cultura
Economia
Símbolos Oficiais
Leis

SERVIÇOS

Cidadão
Servidor Público
MT Cidadão

CONTATOS

Lista De Telefones
Ouvidoria

IMPRENSA

Sala De Imprensa
Notícias
Rádio Paiguás
TV Paiguás
Fotos

SITES INSTITUCIONAIS

Secretarias
Órgãos E Autarquias

TRANSPARÊNCIA

Portal Da Transparência
Acesso À Informação

CHECKLIST SUBSISTEMA CONVÊNIOS

Unidade Orçamentária: _____

Processo nº: _____ N° do Convênio: _____

Objeto do Convênio: _____ Vigência: _____

Conveniado: _____

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA: Constituição Federal e Estadual; LC nº 101/2000; Lei nº 4.320/64, Instrução Normativa nº: 01/2015, de 18/08/2009, publicado no D.O.E., de 24/08/2009, demais legislações e normas de controle interno.

REGRAS ESPECÍFICAS: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2015, de 18/08/2009, publicado no D.O.E., de 24/08/2009. Art. 1º Compete aos Secretários de Estado ou dirigentes superiores de autarquias ou fundações públicas estaduais autorizar a participação de servidores públicos estaduais em conferências, congressos, cursos, treinamentos e eventos similares, versando sobre temas de cunho científico, técnico, artístico, cultural ou equivalente.

SIGCON - DECRETO Nº 5.126, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2005 - Implanta o Sistema de Gestão de Convênios e aprova as diretrizes e procedimentos para o seu funcionamento no âmbito do Estado de Mato Grosso. **Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso, o Sistema Gestão de Convênios que será administrado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Auditoria Geral do Estado, sob a coordenação da primeira.

PROTOCOLO - DECRETO Nº 1.509, DE 12 DE AGOSTO DE 2008 - **Art. 1º** Fica instituído o Sistema de Protocolo Único do Estado de Mato Grosso, que terá a incumbência de administrar e controlar o recebimento, registro, autuação, tramitação, instrução, arquivamento e destinação final de documentos e processos nos órgãos e unidades administrativas que compõem o Poder Executivo estadual.

Parágrafo único. Todos os documentos ou processos, que por seu conteúdo e objetivo exigir tramitação, devem ser cadastrados no Sistema Informatizado de Protocolo Único, recebendo um número de identificação único e seqüencial, gerado automaticamente pelo sistema.

01	O PROCESSO DE CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO CONTÉM:	SIM	NÃO	N/A	FLS
1.1	O Processo de concessão do convênio está devidamente protocolado por meio do Sistema Único de Protocolo do Estado (Decreto nº 1.509/2008)?				
1.2	O Processo de concessão do convênio contém ofício propondo a celebração do convênio? IN nº 01/2015, Art. 3º.				
1.3	O plano de trabalho apresentado foi aprovado? IN nº 01/2015, Art. 26º				
1.4	Foram juntadas 03 cotações de preço de mercado para verificar se o parâmetro de admissibilidade do concedente para aprovação do preço orçado pelo proponente ou convenente?				
1.5	Contem justificativas circunstanciadas e caso esteja ausente as cotações de preços?				
1.6	Consta o plano de trabalho devidamente assinado (aprovado) pelo ordenador de despesas do órgão?				
1.17	Consta termo de referência, quando o objeto do convênio envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, ou projeto básico quando se tratar de obras?				
1.8	No processo consta o Empenho do respectivo recurso? Art. 60, Lei nº 4.320/64				

CHECK LIST DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Processo nº: _____ Contrato: _____

Vigência: _____ Empresa Contratada: _____

Resumo do Objeto: _____

Legislação de regência: Lei nº 8.666/1993.

01	CONTRATO	SIM	NÃO	N/A	FLS
1.1	Há divergência entre a descrição do objeto no contrato e a constante do edital de licitação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.2	Houve a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE/MT)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.3	No contrato há previsão de garantia contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.4	Se há previsão de garantia, consta informação sobre o seu recolhimento/apresentação pelo contratado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.5	No contrato consta o prazo para a execução do objeto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.6	No contrato consta o prazo de vigência?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.7	Houve a designação formal de servidor para ser Gestor do contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.8	Há fiscal ou comissão de fiscalização formalmente designado para execução do objeto contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.9	Houve a emissão da Ordem de Início dos Serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.10	Ao longo da execução da obra ou serviço de engenharia houve a paralisação provocada pela Administração?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.11	Caso positivo, a paralisação foi publicada no DOE/MT?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.12	Houve a emissão da Ordem de Reinício dos serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.13	Houve a formalização de Aditivo Contratual p/ prorrogação de prazo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.14	Houve a justificativa para a prorrogação de prazo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.15	Houve a formalização de Aditivo Contratual p/ acréscimos ou supressões de serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.16	Houve a justificativa técnica para a realização desse aditivo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.17	O Aditivo Contratual p/ acréscimos ou supressão de serviços respeitou os limites definidos na Lei nº 8.666/1993?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.18	Ocorreram alterações sem justificativas coerentes e consistentes, de quantitativos, reduzindo quantidades de serviços cotados a preços muito baixos e/ou aumentando quantidades de serviços cotados a preços muito altos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.19	Houve a publicação do extrato do Aditivo Contratual no DOE/MT?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.20	Há ausência de aditivos contratuais para contemplar eventuais alterações de projeto ou cronograma físico-financeiro?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	